TRIBUNA PARLAMENTAR
Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano V – nº 45 – Agosto/Setembro de 2005

REFORMA POLÍTICA EM PAUTA NA ALEPE

A Reforma Política está em discussão na Assembléia Legislativa. Por iniciativa da Mesa Diretora da Casa, os projetos em tramitação no Congresso Nacional que tratam do assunto foram debatidos em Plenário. Os deputados federais Roberto Magalhães (PFL), Inocêncio Oliveira (PMDB) e Maurício Rands (PT) estiveram presentes.

Páginas 4 e 5

RINALDO MARQUES



Pré-vestibular na Elepe

MOISÉS BARBOSA



A Escola do Legislativo dá chance a quem quer entrar na universidade. As aulas do Programa Pré-Vestibular são gratuitas e já beneficiam 50 funcionários da Assembléia.

Página 6

Paraatletas comemoram

ROBERTO SOARES



Os servidores Leonardo Amâncio e Marta Patrícia fizeram bonito no Circuito Brasil Paraolímpico, no Rio de Janeiro, onde conquistaram medalhas em suas categorias.

Página 7

EDITORIAL

A Reforma Política é indispensável ao País, sobretudo no momento de crise enfrentado pela nação. A discussão passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos partidos políticos. Algumas agremiações vêm sendo alvo de denúncias de corrupção no que se refere a financiamento ilícito de campanhas. É necessário superar essa crise, que está marcada pela incapacidade dos partidos de transformar em decisões políticas as demandas sociais.

O enfraquecimento das legendas partidárias é negativo para o Estado Democrático de Direito, uma vez que as agremiações deixam de se constituir nos mais importantes instrumentos de representação dos interesses da sociedade e passam a ser apenas meios de indicação de nomes para a ocupação de cargos políticos. Essa restrição do papel dos partidos faz com que sua função ideológica fique relegada a segundo plano, o que desvirtua sua característica de defensores dos ideais populares.

É preciso mudar esse quadro, a partir de uma Reforma Política que envolva a fidelidade partidária e que evite a proliferação de partidos que são, na verdade, meras legendas de aluguel, destinadas a atender a interesses particulares, e responsáveis, em parte, pela fragilização da democracia no País.

Afora essa questão, outros temas são centrais na discussão da Reforma: financiamento público de campanha, listas preordenadas, federações partidárias e cláusula de barreira. A Assembléia Legislativa de Pernambuco não poderia ficar alheia a essa discussão. Por isso, promoveu debate sobre o assunto, que é tão importante nesse momento delicado do País.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias. **1ºVice-Presidente**, Deputado Ettore Labanca. **2º Vice-Presidente**, Deputado Raimundo Pimentel. **1º Secretário**, Deputado João Negromonte. **2º Secretário**, Deputado Guilherme Uchôa. **3º Secretário**, Deputado Sérgio Leite. **4ª Secretária**, Deputada Carla Lapa. **Assistente de Comunicação Social:**Christianne Alcântara. **Chefe do Departamento de Imprensa:** Cláudia Lucena. **Editora:** Cláudia Lucena. **Redatores:** Andréa Tavares, Christianne Alcântara, Cláudia Lucena e Renata Rodrigues. **Estagiárias:** Bruna Serra, Eva Farias e Larissa Rodrigues. **Revisão:** Andréa Tavares, Christianne Alcântara e Cláudia Lucena. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Gerência de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos**: Fernando Silva, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira. **Endereço**: Rua da União, 439 - Anexo V - Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217-2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *ddeimpre@alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

FUNDAC: PROBLEMAS E SOLUÇÕES

*Aurora Cristina **

A Fundação da Criança e do Adolescente de Pernambuco (Fundac) tem como missão o planejamento e a execução, no âmbito estadual, dos programas de proteção e socioeducativos destinados às crianças e aos adolescentes abandonados na forma da lei e aos adolescentes envolvidos e/ou autores de ato infracional, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nesse ministério, cumpre destacar o artigo 125 do ECA, ao dispor sobre o dever do Estado em zelar pela integridade física e mental de seus internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

A Fundac possui 22 unidades de atendimento a menores infratores, espalhadas por todo o Estado de Pernambuco. Acontece que, em apenas sete meses, o numero de crianças e adolescentes por ela atendidos cresceu cerca de 30%, passando de 1004, em 31 de dezembro de 2004, para 1303 em 30 de julho de 2005.

Esse aumento populacional na Fundac pode ser observado em cidades como Cabo de Santo Agostinho, Abreu e Lima, Recife, Arcoverde, Petrolina, Garanhuns e Caruaru. As unidades de atendimento a crianças e adolescentes desses locais se encontram superlotadas, gerando, inúmeras vezes, rebeliões.

Outro grave problema enfrentado não somente pela Fundac, mas, principalmente, pelas crianças e adolescentes

CARLOS OLIVEIRA



que necessitam de atenção especial, está na resistência e na omissão da sociedade em geral quanto ao apoio à reintegração na comunidade ou, ainda, quanto à recuperação de menores infratores.

Além disso, outra dificuldade diz respeito à carência educacional, social e econômica das famílias das crianças e adolescentes.

Em resumida síntese, portanto, percebe-se a urgente necessidade de uma mobilização social e governamental no sentido de proporcionar à Fundac e, conseqüentemente, às suas crianças e adolescentes, condições de produzir resultados ainda mais eficazes, tendo em vista os relevantes serviços prestados por aquela instituição ao Estado de Pernambuco.

Para tanto, parcerias público-privadas visando à qualificação e à profissionalização, que busquem a geração de emprego e renda, precisam ser realizadas. Além disso, a construção ou reforma de suas unidades, com a implantação de uma estrutura física capaz de proporcionar atividades culturais, educacionais e esportivas, e a ampliação e qualificação do seu corpo de funcionários, sem sombra de dúvidas, fazem ou devem fazer parte de um plano operativo emergencial de reestruturação da Fundação da Criança e Adolescente.

** Deputada estadual do PMDB e funcionária da Fundac/Garanhuns desde 1982*

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

NOVAS REGRAS PARA TÍTULO DE CIDADÃO

FERNANDO SILVA



A Assembléia Legislativa aprovou a resolução que disciplina a concessão do Título de Cidadão de Pernambuco. Entre as alterações, está a limitação no número de indicações por parlamentar ao ano. De acordo com a nova proposta, somente poderão receber a honraria pessoas que desenvolvam atividades habituais no Estado. Também é pré-requisito que residam ou já tenham morado em Pernambuco há, no mínimo, cinco anos e não tenham respondido a inquérito ou sido condenadas. O Projeto de Resolução nº 509/04, de autoria do deputado Nélson Pereira (PCdoB), recebeu o Substitutivo nº 01/04 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) e foi aprovado em Plenário, no último dia 3 de agosto. A matéria recebeu 26 votos favoráveis e um contrário, do deputado Pedro Eurico (PSDB). A resolução deverá entrar em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2006.

Legislação

Uma comissão formada por representantes de várias instituições analisará as leis estaduais que ainda não foram regulamentadas e quais estão em desuso. O grupo, criado por decisão da Mesa Diretora da Alepe, será composto pelo desembargador do Tribunal de Justiça Leopoldo de Arruda Raposo; procurador de Justiça Ivan Wilson Porto; subprocurador-geral do Tribunal de Contas, Gilmar Severino de Lima; procuradora-chefe da Procuradoria de Apoio Jurídico-Legislativo ao Governador, Taciana Castro; e pela procuradora da Alepe Juliene Viana Martins Santos. O colegiado será presidido pelo integrante do TJPE.

PROJETO MEMÓRIA VIVA

RINALDO MARQUES



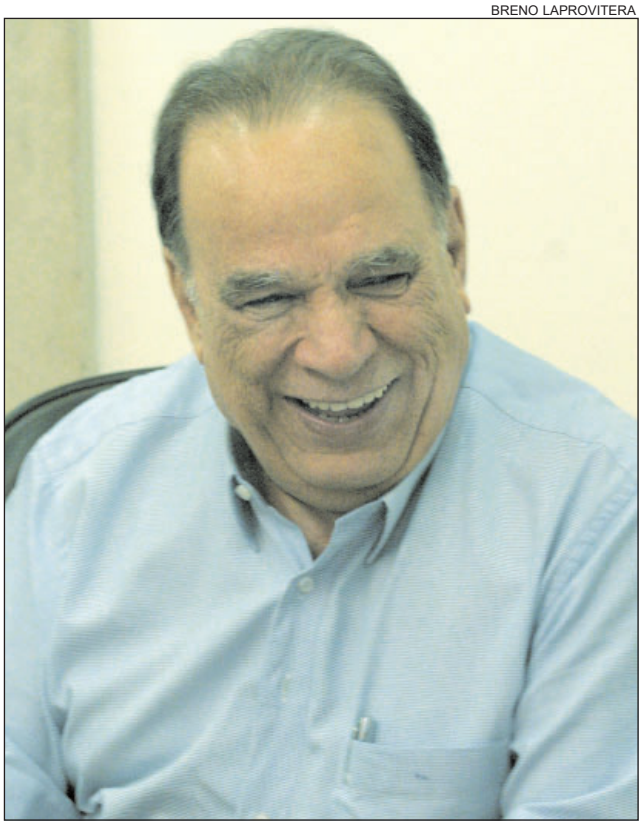
Magalhães elogiou iniciativa da Mesa Diretora da Casa

RINALDO MARQUES



Krause lembrou época em que foi prefeito do Recife

BRENO LAPROVITERA



Lyra integrava o grupo dos “autênticos” do MDB

PERSONALIDADES POLÍTICAS SÃO ENTREVISTADAS

Mais alguns aspectos relevantes da história política de Pernambuco foram resgatados por meio de depoimentos para o Projeto Memória Viva, iniciativa da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa. Na segunda etapa de entrevistas, realizadas no mês de julho, pelas pesquisadoras da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Célia Costa e Dulce Pandolfi, os ex-ministros Gustavo Krause e Fernando Lyra e o ex-governador Roberto Magalhães descreveram suas participações em momentos marcantes da história de Pernambuco e do Brasil. Fatos importantes da política estadual, a exemplo das gestões de Agamenon Magalhães no Governo do Estado (1937 a 1945 e 1951 a 1952), bem como do processo de redemocratização do País, foram algumas das questões abordadas.

Krause detalhou, principalmente, a gestão como prefeito do Recife (1979 a 1982) e a implantação de diversos projetos culturais durante o período, e falou também do início da vida pública, como secretário da Fazenda do Governo de Moura Cavalcanti (1975 a 1979). A campanha eleitoral para o Governo do Estado de 1982, como vice de Roberto Magalhães, e de 1986, que culminou com a vitória de Miguel Arraes, também foram relembradas pelo ex-ministro.

Nascido em Vitória de Santo Antão, mas criado no Recife, Krause ainda recordou a convivência com o irmão, o medico ortopedista Romeu Krause, e a infância vivida no bairro da Torre, onde, segundo ele, teve a oportunidade de ser criado em meio a uma grande diversidade social.

A participação no grupo dos deputados federais conhecidos como "autênticos" do MDB, que contestavam a ditadura militar instaurada em 1964, foi um dos destaques do relato do ex-ministro Fernando Lyra. Dessa época, ele salientou o episódio da "anticandidatura" de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho à Presidência e à Vice-Presidência da República, respectivamente, no final do Governo Médici (1974), quando o general Ernesto Geisel foi eleito pelo Colégio Eleitoral.

A campanha das Diretas Já e as articulações para a candidatura de Tancredo Neves à Presidência, fatos que tiveram sua participação, também foram analisadas por Lyra, que registrou com detalhes as articulações políticas para o sucesso da candidatura. Atualmente presidindo a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), ele citou momentos que marcaram sua infância, formação e vida pública.

O Governo de Agamenon Magalhães e as características que marcaram sua personalidade foram destacados pelo sobrinho dele, o ex-governador Roberto Magalhães. Ele falou sobre a fase em que morou no Rio de Janeiro, onde foi concluir o curso de Direito e trabalhar, por causa da perseguição política do Governo Cordeiro de Farias a seu irmão mais velho, Luís Magalhães Melo. Roberto ainda relatou sua participação nos Governos Nilo Coelho e Marco Maciel, relembrou a campanha eleitoral de 1982 e destacou o período como governador de Pernambuco, salientando duas preocupações de sua gestão: o abastecimento de água e a maior autonomia financeira dos Estados.

Os três entrevistados elogiaram a iniciativa da Alepe, ressaltando a importância do resgate da história. "Sempre digo que quem não conhece a história não pode fazer política e acredito que o povo que realmente tem identidade pode consertar o País. A ação da Assembléia é louvável. Primeiro, pelo objetivo de ter a memória viva de nossa história e, também, pela escolha da Fundação Getúlio Vargas para executar o projeto", afirmou Magalhães.

Para o presidente da Assembléia, Romário Dias (PFL), esse trabalho será essencial para que as futuras gerações conheçam melhor a história política do Estado. "É muito importante termos o registro da história relatado por quem realmente viveu cada uma dessas fases", observou, lembrando que a Alepe é a segunda do País a realizar um projeto como esse. A outra foi a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

Continuidade - Segundo Célia Costa, o próximo passo é colher os depoimentos do governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) e do senador Marco Maciel (PFL), além de dar continuidade às entrevistas de Lyra, Krause e Magalhães. "A idéia é constituir, dentro da Alepe, um núcleo da memória política pernambucana durante a República. A partir do contexto atual, evidentemente, esse resgate não será tão completo, pois muita gente já não está mais entre nós. Nossa intenção é tomar o depoimento de todas as grandes lideranças vivas do Estado", afirmou Célia Costa.

Para Dulce Pandolfi, as entrevistas são muito importantes por abordar não apenas a política local, mas também a história de vida, a trajetória e a visão de mundo dos personagens.

LEGISLAÇÃO

CASA PROMOVE DEBATE SOBRE REFORMA POLÍTICA

A crise instalada no País com as denúncias de "mensalão" e caixa dois de campanhas eleitorais colocou a Reforma Política no centro dos debates. Em Pernambuco, a Assembléia Legislativa promoveu, em agosto, uma discussão com políticos do cenário nacional que avaliaram o assunto. A Mesa Diretora da Alepe convidou os deputados federais Roberto Magalhães (PFL/PE), Inocêncio Oliveira (PMDB/PE) e Maurício Rands (PT/PE) para analisar o tema. "A Casa não poderia ficar de fora desse debate, pois ele traz esclarecimentos e dá oportunidade para que todos contribuam", frisou o presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL).

Como palestrante do evento, Magalhães detalhou os pontos das três principais matérias que tramitam no Congresso. Entre elas, o Projeto de Lei nº 275/05, do senador Jorge Bornhausen (PFL/SC). "Essa proposta não é propriamente uma Reforma Política e, sim, eleitoral", considerou. A proposição alterando a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, já passou pelo Senado e tramita na Câmara Federal. Para que as mudanças entrem em vigor em 2006, o projeto tem que ser avaliado até o próximo dia 30 de setembro.

Inocêncio Oliveira defendeu a proposta de Bornhausen. "É importante baratear os custos das campanhas e dar mais chance para que os candidatos com menos recursos tenham condições de concorrer e vencer", afirmou. Para Maurício Rands, o Brasil não poderia realizar novas eleições sem modificar as regras atuais. "O sistema eleitoral brasileiro dá muito espaço para o poder econômico e não permite que a política seja feita a partir dos debates de programas e idéias", observou.

Durante o evento, deputados estaduais também deram sugestões que foram levadas à Câmara Federal. Para Romário Dias, é importante que os partidos políticos sejam fortalecidos. "O enfraquecimento das legendas é negativo para o Estado Democrático de Direito, uma vez que as agremiações deixam de se constituir nos mais importantes instrumentos de representação dos interesses da sociedade e passam a ser apenas meios de indicação de nomes para a ocupação de cargos políticos", frisou o presidente.

Em sua justificativa, Bornhausen explica que a proposição não é a ideal, mas a possível diante do quadro político do País. "É uma tentativa de enfrentamento dos problemas gerados pela arrecadação, gerenciamento e aplicação dos recursos de campanha", avaliou.

Além do projeto do senador, também tramitam na Câmara Federal a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 175/03, do deputado federal Luiz Carlos Santos (PFL/SP) e outros, e o Projeto de Lei nº 2.679/03, da Comissão Especial de Reforma Política, que tratam do mesmo assunto. Esta última matéria acrescenta alguns pontos à Reforma Política, como o voto de legenda em listas partidárias preordenadas, a instituição de federações partidárias e o financiamento público de campanhas.

FERNANDO SILVA



Inocêncio Oliveira, Roberto Magalhães, Romário Dias e Maurício Rands abordaram o assunto no Plenário

Algumas propostas do Projeto de Lei nº 2.679/03

Financiamento público de campanha

O objetivo é moralizar o processo eleitoral e dar a maior igualdade possível entre aqueles que disputam. A verba estaria prevista no Orçamento da União. Com a proposta, a previsão é de R$ 7 por eleitor, o que daria cerca de R$ 900 milhões, distribuídos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para os partidos políticos.

Listas preordenadas

Há propostas de passar para dois, três ou até mesmo quatro anos o prazo de filiação para que a pessoa se candidate por um partido. No caso da lista fechada, o candidato seria apresentado ao eleitor na ordem estabelecida pela convenção dos partidos, de forma que, ao votar em uma determinada lista, o eleitor também saberia os nomes e a ordem da sua lista.

Federações partidárias

As federações partidárias devem se organizar no prazo mínimo de três anos. Assim, poderiam garantir a representatividade dos partidos menores sem perder a identidade ideológica. As federações são importantes como uma opção para o fim das coligações proporcionais, dando a oportunidade para que legendas de menor representatividade, mas com história e conteúdo programático, possam sobreviver no processo democrático do País.

Cláusula de barreira

A cláusula de barreira é importante para evitar a disseminação indiscriminada de legendas partidárias. Ela não extirpa nenhum partido da Câmara. Eles estarão sujeitos ao desempenho eleitoral que terão nas eleições de 2006.

Definições do Projeto de Lei nº 275/05

- Redução de 90 para 60 dias do tempo de campanha.
- Diminuição de 45 para 35 dias do período de exibição dos programas de rádio e televisão.
- Proíbe a doação por parte de organizações não-governamentais, sociedades beneficentes e esportivas e empresas que possuem contratos com a administração direta ou indireta da União, Estados e Municípios.
- Veda, no dia da eleição, a boca-de-urna e a divulgação de qualquer espécie de propaganda, a exemplo de bonés, outdoors e adesivos.
- Veda a publicidade institucional a seis meses antes das eleições.
- Proíbe a participação de artistas em comícios.

A opinião dos líderes partidários

Augusto Coutinho - líder do PFL



"A Reforma precisa acontecer imediatamente. Desde o meu primeiro mandato, venho me posicionando favoravelmente ao assunto. Hoje, no cenário nacional, é uma exigência do povo. O projeto aprovado no Senado e que está sendo analisado pela Câmara Federal não é uma Reforma Política ampla, mas um ajuste eleitoral possível para as próximas eleições."

Pedro Eurico - líder do PSDB



"É uma proposta emergencial para atender a um clamor da sociedade e uma tentativa de reduzir o desgaste provocado pela crise atual. As medidas são oportunas, mas deveríamos nos debruçar sobre uma Reforma verdadeira. A sugestão de Bornhausen é uma regulamentação das próximas eleições, mas não resolve o problema da corrupção."

Jacilda Urquisa - líder do PMDB



"O momento é propício para que a Reforma seja realizada. A proposta do Congresso não resolve tudo, mas é preciso fazer alguma coisa antes das próximas eleições. Com a aprovação, teremos algumas mudanças e é isso que esperamos. Não podemos passar por mais uma eleição com problemas que já foram diagnosticados e precisam ser solucionados."

Izaías Régis - líder do PTB



"A pequena Reforma Política proposta pelo Congresso está no caminho certo. O único ponto a que não sou favorável é a diminuição do tempo de exibição dos guias eleitorais do rádio e da TV. Com as outras modificações propostas, apenas se elegerá quem tem vocação para legislar e quem mostrar trabalho, e não aquele candidato que possuir maior poder econômico."

Teresa Leitão - líder do PT



"A Reforma é emergencial e não considero política. Acho que é insuficiente em muitos aspectos e deve estar conjugada com a uma reforma estrutural, que já vinha sendo discutida pela Câmara. Existe um parecer avançado e, infelizmente, talvez por conta da crise, optou-se por esquecer o projeto inicial e apresentar esse, que apenas regulamenta os procedimentos eleitorais."

Aglaílson Júnior - líder do PSB



"Sou a favor de uma Política que beneficie todos os partidos. Não concordo que um candidato menos votado de uma legenda, que, proporcionalmente, deve eleger mais representantes, vença uma disputa. Se uma casa legislativa tem 49 vagas, os mais votados deveriam assumir. Ganharia quem tivesse um voto a mais. Essa é a verdadeira democracia."

Pastor Cleiton Collins - líder do PSC



"As alterações propostas pelo Congresso Nacional não são suficientes, mas minimizam algumas questões. Sabemos que é uma Reforma apenas eleitoral, pois a verdadeira necessita da participação da população. Ela deve ser amplamente discutida com os partidos, os políticos e a sociedade. A que está sendo proposta é um começo."

Ana Cavalcanti - líder do PP



"É de fundamental importância a Reforma Política, principalmente, nesse momento de crise. O caminho para uma limpeza no Congresso passaria pelo financiamento público de campanha, evitando que os parlamentares não ficassem atrelados a grupos econômicos. Com isso, haveria mais liberdade nas decisões políticas."

José Queiroz - líder do PDT



"Lamento que a Reforma Política aconteça apenas agora, em decorrência da grande crise ética e moral que se abateu no Congresso. Mais importante teria sido realizar a medida com um devido estudo que fosse capaz de provocar uma grande transformação no País. O Projeto de Lei nº 275/05 é uma Reforma eleitoral, que tenta estabelecer certo equilíbrio nas disputas."

Betinho Gomes - líder do PPS



"A Reforma é essencial e deve ser feita em dois momentos. O primeiro, já valendo para 2006, teria o objetivo de diminuir a influência do poder econômico nas eleições. No segundo, é preciso um ajuste profundo nas instituições políticas, inclusive com a realização de uma Constituinte para reformular as estruturas de Poder e definir também o sistema de Governo: Presidencialismo ou Parlamentarismo."

Dilma Lins - líder do PL



"Acredito que o tempo é curto para mudanças mais profundas no sistema em vigor. Discordo da proposta do financiamento público de campanha. O povo não vai aceitar que o dinheiro público seja gasto em campanhas eleitorais. Como falta dinheiro para programas sociais, mas existe verba para gastar em campanhas? A proposta não é adequada para a realidade brasileira."

Soldado Moisés - líder do PRP



“Essas mudanças deveriam ter sido feitas anteriormente, com sensatez, e não por pressão. Vivemos uma crise moral que envolve vários partidos. É fundamental fazer a Reforma, mas, da maneira como está acontecendo, apenas para dar uma satisfação à sociedade, não vai impedir que grandes empresários continuem investindo em alguns candidatos.”

Nélson Pereira - líder do PCdoB



"Concordo com o financiamento público de campanha. É uma alternativa para os pequenos partidos e as legendas de oposição que não possuem recursos suficientes para investir numa disputa. Também defendo a aprovação de uma comissão formada por integrantes da sociedade para acompanhar a aplicação desses recursos, tornando o sistema eleitoral mais transparente."

Lourival Simões - líder do PV



"A Reforma que está sendo proposta pelo senador Jorge Bornhausen atende apenas aos anseios atuais. Ela está atrasada e pouco irá mudar as disputas eleitorais. No entanto, diante do quadro de desgaste que vive a política nacional, qualquer Reforma que acontecer será bem-vinda. Obviamente, deveríamos partir para futuras complementações."

Sílvio Costa - líder do PMN



"A Reforma não é política porque não mexe com a estrutura partidária, é apenas eleitoral. É tímida pelo fato de que algumas idéias não serão implementadas. Existe um antagonismo, pois é proibido o uso de camisas e liberam outdoor, que só é usado por candidatos que têm recursos. Ela está sendo feita de forma equivocada e é preciso que haja uma Reforma definitiva."

Ana Rodovalho - líder do PRTB



"Acho que a proposta apresentada reduzirá drasticamente os custos de campanha. A redução do tempo de campanha e a proibição de bonés, camisetas e showmícios são medidas importantes e que devem ser concretizadas, pois ajudarão a acabar com o caixa dois. Os pontos abordados precisam ser mais debatidos entre deputados federais, estaduais e senadores."

PRÉ-VESTIBULAR

FERAS DA ELEPE SE PREPARAM PARA PROVAS

Com o objetivo de desenvolver o crescimento intelectual, profissional e ajudar os servidores da Alepe que desejam conquistar o diploma de Ensino Superior, a Escola do Legislativo do Estado de Pernambuco (Elepe) iniciou, este ano, o Pré-Vestibular, programa gratuito e pioneiro entre as Escolas Legislativas do Nordeste. As aulas são realizadas de segunda a sexta-feira, das 15h às 18h, e beneficiam 50 alunos. A proposta está trazendo resultados positivos, tanto que existe uma lista de espera para o próximo ano.

De acordo com a assistente educacional, Lúcia Galindo, o material de ensino também é gratuito. "A Escola do Legislativo oferece uma boa estrutura. Os funcionários contam com o conforto das salas e com professores experientes", observou, acrescentando que a Elepe já oferece os Ensinos Fundamental e Médio.

A coordenadora pedagógica da instituição, Marisa Sposito, disse que os alunos demonstram interesse em aprender e se sentem gratificados com a oportunidade. "O curso é muito importante porque amplia e facilita o acesso de funcionários da Casa ao Ensino Superior. Nosso trabalho visa resgatar essa lacuna no aprendizado daqueles que não tiveram oportunidade de estudar ou condições de completar seus estudos."

O eletricista Daniel Gomes da Silva, 31 anos, é um dos estudantes. Iniciou o Ensino Médio na Escola, em 2001, e agora sonha com a faculdade. Ele pretende fazer vestibular para Eletrotécnica. "Não tive condições de continuar estudando porque precisava trabalhar para ajudar a minha família, mas, agora que conto com as aulas no próprio prédio onde trabalho, acredito que conseguirei ingressar no Ensino Superior", disse.

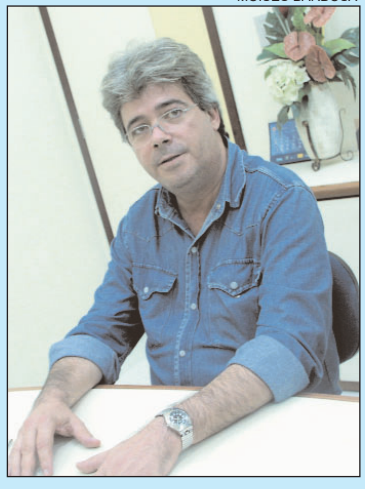
MOISÉS BARBOSA



Na sala de aula da Escola do Legislativo, 50 servidores da Assembléia recebem orientação e material didático gratuito

OPINIÃO

MOISÉS BARBOSA



"Hoje temos cada vez menos tempo disponível. Por isso, a possibilidade de fazer um curso conciliando o horário de trabalho é ótima. A Alepe está percebendo a importância de investir nos funcionários, pois o resultado dos conhecimentos adquiridos termina sendo usado em benefício do próprio serviço", observou **Ivan de Azevedo**, 48 anos, que é formado em Administração de Empresas, trabalha na Gerência de Taquigrafia e prestará vestibular para Direito.

MOISÉS BARBOSA



"Quando soube da abertura do curso para os funcionários, fiquei alegre com a oportunidade. Agora, que já terminei o Ensino Médio e iniciei o pré-vestibular, não consigo mais parar, pois as aulas estão mudando minha vida. Espero realizar o sonho de me formar em Engenharia e, para isso, tenho estudado muito. Tenho dúvidas se teria a mesma oportunidade em outro trabalho.Agradeço a Assembléia Legislativa por ter me dado a oportunidade de crescer profissionalmente", ressaltou **Antônio Araújo**, 45 anos, da Gerência de Serviços Gerais e Manutenção Predial.

CAMPEONATO

ROBERTO SOARES



ROBERTO SOARES



Em circuito realizado no Rio de Janeiro, os servidores Leonardo Amâncio e Marta Patrícia obtiveram vitórias em modalidades como lançamento de disco

PARAATLETAS GANHAM MEDALHAS

Rio de Janeiro, 13 de agosto, pode parecer um dia como outro qualquer. Mas não na vida dos servidores da Alepe e paraatletas Leonardo Amâncio, 27 anos, e Marta Patrícia, 32. Nessa data, teve início mais um capítulo de vitórias. Durante a 3º etapa do Circuito Brasil Paraolímpico, que aconteceu na pista de atletismo do Estádio do Maracananzinho, Leonardo conquistou os primeiros lugares em lançamento de disco, dardo e peso. Marta também fez bonito. Obteve o primeiro lugar na prova de lançamento de disco e segundo lugar no dardo. A competição reuniu 450 atletas em nove diferentes modalidades.

"Estou muito feliz. As medalhas são resultado de um trabalho sério que venho desenvolvendo com toda a equipe técnica. O apoio da Mesa Diretora da Assembléia e da superintendente-geral, Eva de Andrade Lima, foi fundamental, pois possibilitou nossa ida à competição", afirmou Leonardo, que, além de ter batido os próprios recordes brasileiro e pan-americano, foi convocado para disputar o mundial que acontece também no Rio de Janeiro, de 16 a 25 de setembro. Além desse apoio, a Alepe cumpre a legislação que garante vagas a portadores de deficiência.

Marta contou que, durante a competição, buscou inspiração na família e nos amigos para atingir os resultados. "Antes de começar uma prova, sempre pensava no orgulho que minha mãe, meu marido, meus filhos e vizinhos iriam sentir se eu levasse a medalha para casa."

Ela se tornou portadora de necessidades especiais após um parto cesariana que lhe provocou um acidente vascular cerebral (AVC), deixando a perna e o braço esquerdo com pouca resistência. Enquanto estava fazendo fisioterapia no Hospital da Restauração (HR), o médico que a acompanhava sugeriu a prática de esportes. Os treinos de lançamento de disco e dardo acontecem terças, quintas e sábados no campo de treinamento da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Leonardo Amâncio contraiu poliomielite aos 2 anos de idade e, por causa da doença, ficou com problemas na perna esquerda. A primeira vez que ouviu falar em atletas paraolímpicos foi em 2001, após uma tentativa sem sucesso de conseguir emprego. Quando desceu de um ônibus, no centro da cidade, foi abordado por Roseane Santos, a Rosinha, pernambucana que figura entre as melhores atletas paraolímpicas do País. Ela o convidou para treinar, dando início à história de um campeão.

Preparando-se de segunda a sábado, também na UFPE, Leonardo contou como o esporte o ajudou a superar a vergonha que sentia por ser portador de necessidades especiais. "Não freqüentava festas, não gostava de ir a lugares com muita gente por causa das minhas restrições. Depois que comecei a praticar esportes, perdi a timidez e a vergonha. Tenho orgulho de dizer que sou um atleta paraolímpico", comentou.

PERSONAGEM DA ALEPE

SEGUINDO OS PASSOS DE SEU ANTÔNIO

Entrar e sair do Palácio Joaquim Nabuco pelo menos 50 vezes por dia para entregar documentos. Essa é a rotina de um dos funcionários mais antigos da Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe). Antônio José da Silva, 64 anos, mais conhecido pelos colegas de trabalho como "Seu Antônio", trabalha na Casa há nada menos que 29 anos.

A trajetória dele na Alepe começou em 1976, como servente da limpeza. Em 1985, o então presidente da Assembléia, deputado Oswaldo Rabelo, promoveu o servidor a contínuo da Presidência da Casa - um tipo de auxiliar administrativo -, função que exerce até hoje.

Com todos esses anos de atividades, "Seu Antônio" é conhecido e querido por todos. "Ele é uma figura extraordinária, de uma simplicidade incrível", afirma a assistente de Cerimonial, Socorro Vilaça, que trabalha diretamente com o servidor.

Ele confessa que trabalhar na Alepe é uma das coisas de que mais gosta de fazer na vida. "Adoro exercer minha função. Vou a vários setores da Casa e isso me dá a oportunidade de conhecer muitas pessoas", conta, falando carinhosamente da sua profissão. Se não fosse servidor da Alepe, "Seu Antônio" afirma que seria comerciante ou porteiro.

Casado e pai de três filhos, ele nasceu em São Lourenço da Mata, Região Metropolitana do Recife. Nas horas vagas e finais de semana, costuma passear com os sobrinhos pequenos. Eles moram perto da sua casa, no bairro da Bomba do Hemetério, na Zona Norte do Recife.

RINALDO MARQUES



Servidor está na Casa há 29 anos

SEGUNDA CULTURAL

TAUANÃS E ARABIANDO PARTICIPAM DO PROJETO

RINALDO MARQUES



No recesso de julho, o grupo Tauanãs e os bailarinos do Brilhart trouxeram vários ritmos regionais, como maracatu, empolgando o público presente ao Plenário

FERNANDO SILVA



O choro tradicional, com influências de estilos musicais nordestinos, marcou a apresentação dos integrantes do Arabiando, no mês de agosto

Os grupos musicais Tauanãs e Arabiando foram as atrações do Projeto Segunda Cultural dos meses de julho e agosto, na Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe). Ao som de muito xote, xaxado e baião, o Tauanãs interpretou canções populares do *CD Tauanãs - Outros Sertões* e fez o público presente ao Plenário do Palácio de Joaquim Nabuco dançar vários ritmos regionais. Os bailarinos do Balé Popular Brilhart acompanharam o conjunto durante a apresentação. O quinteto é do Recife e foi criado há dez anos.

Na opinião de Pádua, voz e violão do grupo Tauanãs, o projeto da Alepe é uma oportunidade para os artistas da região mostrarem seu trabalho e valorizarem a cultura.

Choro instrumental e cantado, samba e frevo instrumental, interpretados pelo Arabiando, também encantaram o público do Segunda Cultural. O conjunto, que existe há três anos e meio, é formado por músicos do Conservatório Pernambucano de Música e por estudantes do Curso de Música da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Para a vocalista do Arabiando, Nara Santos, tocar no Segunda Cultural é "gratificante". “O projeto é uma forma de reconhecer as manifestações culturais do Recife”, completou.

Segundo Nara, apesar de ter surgido na metade do século XIX, no Rio do Janeiro, o choro tocado em Pernambuco se destaca por receber influência de ritmos nordestinos como o frevo, o xaxado e o xote.

Criado em fevereiro de 2003, pela Mesa Diretora, o Segunda Cultural acontece nas primeiras segundas-feiras de cada mês, no Plenário da Casa, com entrada gratuita. Vários nomes da cultura pernambucana já participaram da iniciativa. Os artistas não cobram cachê.